

**PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI Nº 906 -
RS (2018/0153873-0)**

REQUERENTE : ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

PROCURADORE : JOLINE BALDWIN ERIG WEILLER E OUTRO(S) -
S RS028748

ERNESTO DIEL - RS028962

EVILAZIO CARVALHO DA SILVA - RS046332

DANIELE BRASIL LERPIO - RS045844

HELENA TEIXEIRA PETRIK - RS036567

REQUERIDO : ALBERTO VALMIR TRINDADE SOARES

ADVOGADO : CARLOS EDUARDO GALANT LOPES - RS034470

DECISÃO

Trata-se de pedido de uniformização de interpretação de lei e jurisprudência apresentado pelo ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL com fundamento no art. 18, § 3º, da Lei n. 12.153/2009, em face de acórdão da Turma Recursal dos Juizados da Fazenda Pública do Estado do Rio Grande do Sul, no qual se deu parcial provimento ao recurso inominado, para reconhecer o direito da parte autora ao realinhamento do valor do vale-refeição (etapa-refeição), e condenar o ora requerente ao pagamento das diferenças constatadas, respeitado o prazo prescricional e observados os períodos de efetivo exercício.

Ainda, determinou a correção monetária do montante pelo IGP-M até 30/06/2009 e, a partir de então, pelos índices de remuneração básica, com incidência de juros pela poupança, nos termos da Lei 11.960/2009.

A parte requerente sustenta, em síntese, divergência entre a Turma Recursal dos Juizados Especiais da Fazenda Pública do Estado do Rio Grande do Sul e o Colégio Recursal da Fazenda Pública do Estado de São Paulo, com relação ao termo inicial dos juros de mora, cujo entendimento deste último os fixa a partir da citação.

Discute-se, no presente caso, apenas quanto ao termo inicial de incidência dos juros de mora, não se tratando de definição acerca de qual índice deva ser aplicado.

O Ministério Público Federal opina pelo não conhecimento do incidente.

É o relatório. Decido.

De início, vale destacar que a competência desta Corte para apreciar pedido de uniformização de interpretação de lei federal decorre do art.

Superior Tribunal de Justiça

18, § 3º, e 19 da Lei n. 12.153/2009, in verbis:

Art. 18. Caberá pedido de uniformização de interpretação de lei quando houver divergência entre decisões proferidas por Turmas Recursais sobre questões de direito material.

§ 1º O pedido fundado em divergência entre Turmas do mesmo Estado será julgado em reunião conjunta das Turmas em conflito, sob a presidência de desembargador indicado pelo Tribunal de Justiça.

(...)

§ 3º Quando as Turmas de diferentes Estados derem a lei federal interpretações divergentes, ou quando a decisão proferida estiver em contrariedade com súmula do Superior Tribunal de Justiça, o pedido será por este julgado.

Art. 19. Quando a orientação acolhida pelas Turmas de Uniformização de que trata o § 1º do art. 18 contrariar súmula do Superior Tribunal de Justiça, a parte interessada poderá provocar a manifestação deste, que dirimirá a divergência.

Verifica-se que o pedido de uniformização de jurisprudência oriundo de decisões das Turmas Recursais ao Superior Tribunal de Justiça, no âmbito dos Juizados Especiais da Fazenda Pública, restringe-se a questões de direito material, em apenas duas hipóteses: a) quando as Turmas de diferentes estados derem a lei federal interpretações divergentes e b) quando a decisão proferida estiver em contrariedade com súmula do Superior Tribunal de Justiça.

A Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça, no julgamento do EREsp 1.207.197/RS, da relatoria do e. Ministro Castro Meira, publicado em 02/08/2011, firmou o entendimento de que nas condenações impostas à Fazenda Pública, *para fins de atualização monetária, remuneração do capital e compensação da mora, haverá a incidência, uma única vez, até o efetivo pagamento, dos índices oficiais de remuneração básica e juros aplicados à caderneta de poupança, consoante a redação do artigo 1º-F da Lei 9.494/1997, alterado pelo art. 5º da Lei 11.960/2009, dispositivo que deve ser aplicado aos processos em curso.*

Ao decidir pela incidência do referido dispositivo aos processos em curso, resta claro o entendimento dominante nesta Corte Superior, ao interpretar tal norma como de natureza processual.

Atente-se que, no presente caso, não se trata da definição acerca de qual índice deva ser aplicado, mas apenas quanto ao termo inicial de incidência dos juros de mora.

No mesmo sentido opinou o d. Ministério Público Federal, nos termos do parecer de fls. 212-215, que guarda a seguinte ementa:

EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. JUROS DE MORA SIMPLES. MATÉRIA PROCESSUAL. [NÃO] CONHECIMENTO.

Superior Tribunal de Justiça

Conclui-se, na espécie, que o incidente de uniformização refere-se a direito processual, sendo, portanto, manifestamente inadmissível.

No caso, o Pedido de Uniformização de Interpretação de Lei não pode ser conhecido, porquanto não cabível o incidente para discussão de matéria processual.

Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. AGRAVO INTERNO NO PEDIDO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI. JUÍZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA. ART. 18, § 3º, DA LEI 12.153/2009. RAZOABILIDADE NA FIXAÇÃO DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. AUSÊNCIA DE DIVERGÊNCIA, ENTRE AS TURMAS RECURSAIS, QUANTO À QUESTÃO DE DIREITO MATERIAL. ARGUMENTOS INSUFICIENTES PARA DESCONSTITUIR A DECISÃO ATACADA.

I - Consoante o decidido pelo Plenário desta Corte na sessão realizada em 09.03.2016, o regime recursal será determinado pela data da publicação do provimento jurisdicional impugnado. Assim sendo, in casu, aplica-se o Código de Processo Civil de 2015.

II - A decisão agravada está em consonância com orientação desta Corte, segundo a qual, o cabimento do pedido de uniformização de interpretação de lei é possível apenas quando houver controvérsia sobre questões de direito material, bem como situações em que Turmas de diferentes Estados derem à lei federal interpretações divergentes ou a decisão proferida afrontar súmula deste Tribunal.

(...)

IV - A Agravante não apresenta, no agravo, argumentos suficientes para desconstituir a decisão recorrida.

V - Agravo Interno improvido.

(AgInt no PUIL 127/RO, Rel. Ministra REGINA HELENA COSTA, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 22/03/2017, DJe 27/03/2017)

No mesmo diapasão, confirmam-se as seguintes decisões monocráticas: PUIL 632/RS (DJe 08/02/2018), PUIL 677/RS (DJe 02/03/2018), Rel. Min. HERMAN BENJAMIN; PUIL 710/RS (DJe 01/03/2018), Rel. Min. GURGEL DE FARIA; PUIL 648/RS (DJe 12/03/2018), Min. BENEDITO GONÇALVES.

Ante o exposto, com fundamento no art. 34, XVIII, *a*, do RI/STJ, não conheço, do presente pedido de uniformização.

Publique-se. Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília, 23 de abril de 2019.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Relator

